

■ A FORMAÇÃO DO MPLA - DEZEMBRO DE 1956

# “As verdades verdadeiras” de cada um dos protagonistas na luta de libertação nacional

Rosa Cruz e Silva | historiadora

**Alguns produções** historiográficas que se vem anunciando relativa à luta de libertação nacional em Angola, embora escassa, vem fixando uma narrativa que nega categoricamente a existência do MPLA a partir de 1956. As razões que se advogam em defesa dessa tese, nem sempre são sustentadas por análises rigorosas às fontes diversificadas que já existem hoje, sejam os documentos que repousam nos arquivos da PIDE, nos arquivos pessoais dos próprios protagonistas, as entrevistas por estes publicadas, sejam outros de variada proveniência. As memórias pessoais, essas não são numerosas, mas ainda assim, têm permitido esclarecer algumas questões.

Entendi que não podia deixar em silêncio todos os demais silêncios e até ruídos que se fazem sobre o papel desempenhado por alguns dos principais protagonistas da luta de libertação nacional, e sobretudo sobre as origens do MPLA. O fluxo de informações sobre este importante período da História de Angola, não se compadece mais com as abordagens de quem se preocupa preferencialmente com a sua “verdade absoluta”, quando nós, os historiadores, sabemos que os factos históricos não são eternos, e estes, só se confirmam ou não, com a confrontação das várias fontes disponíveis, até que elas se aproximem cada vez mais da realidade dos factos. Uma coisa é um testemunho de alguém que participou e nos relata a sua experiência, as suas vivências, e o conhecimento dos factos, outra coisa é a História, ciência que se nutre justamente desse conjunto de informações, e cujo método implica o rigor da crítica histórica sobre o rol de documentos que se recolhem como fontes, enquanto matéria indispensável para a elaboração do texto de História. Assim, tais fontes materiais são analisadas com os instrumentos que permitem ao historiador atribuir a credibilidade necessária às mesmas, e seguindo o respectivo método, se aplicam os instrumentos teóricos e técnicos para a sua interpretação até que se atinja o objectivo final, a reconstituição o mais

próximo possível desta ou daquela realidade.

Vimos a este espaço para chamar a atenção à notícia, segundo a qual a publicação de uma nova fonte a partir de um novo protagonista passa necessariamente a constituir a “verdade verdadeira”, porque até aqui, tudo o que se disse sobre este assunto esteve mergulhado num mar de falsidades.

Já passou algum tempo desde a publicação do livro do médico nacionalista Hugo Azancot de Menezes, ainda assim, acreditamos que é sempre tempo para a revisitarmos, pela sua importância, pois ela abre mais uma porta à pesquisa e consequente elaboração de novos estudos. Embora conhecêssemos algumas das suas posições sobre esta matéria, através das entrevistas concedidas e analisadas por Carlos Pacheco, nem sempre muito esclarecedoras, agora estamos perante revelações directas, pessoais, que poderão, quanto a nós, alterar as análises até aqui produzidas, sobretudo as que negam a existência do MPLA antes de 1960. Trata-se de uma fonte a partir da qual podemos recolher informação credível para o confronto de dados, que poderá ditar novas versões dos factos.

Neste sentido, a nossa perplexidade é causada pela intervenção de Carlos Pacheco que assina o preâmbulo de tão importante livro para a História do MPLA e de Angola contemporânea, Percursos da Luta de Libertação Nacional – Viagem ao interior do MPLA – Memórias pessoais, assumindo a organização do mesmo, sem que para tal chame a atenção do público, de questões essenciais, por si levantadas em outros espaços, designadamente as atinentes às origens do MPLA e que mereciam quanto a nós, mais comentários e até correcções.

Aplaudimos vivamente a iniciativa da publicação da obra do médico nacionalista, Hugo Azancot de Menezes, e cuja contribuição para a formação do MPLA e consequentemente para a Independência de Angola, não é aqui posta em causa, as suas revelações e os documentos agora mais disponíveis falam por si.

Trata-se tão só, de um

testemunho de quem viveu a experiência da formação do MPLA na sua visão, só iniciada em 1960. Matéria que levanta naturalmente polémica e que vem sendo corroborada por outros protagonistas, historiadores etc., e que aqui, pretendemos aduzir a nossa modesta opinião, refutando aspectos essenciais deste processo, porque as fontes disponíveis sobre esta matéria nos permitem chegar a outras conclusões.

Assim, tal facto colide com as demais fontes sobre a mesma matéria, desde as descrições dos protagonistas que no interior de Angola se lançaram à luta política com intervenções que preconizaram a mobilização dos angolanos para o seu engajamento no processo político que vigorou, pugnando pela emancipação dos angolanos, com a participação activa destes, em acções clandestinas, (reuniões, distribuição de propaganda política inscrita nos vários panfletos que circularam na capital e demais cidades de Angola). Esta acção revolucionária na década de 50 está perfeitamente enquadrada no contexto político que se vivia em Angola e que levou os principais agentes de uma elite esclarecida a organizar-se no interior do país, recorrendo para o efeito a uma tática própria, que os defendesse o mais possível, das correntes da repressão policial, que se organizou e municiou para impedir qualquer veleidade dos angolanos.

Neste particular Carlos Pacheco não cumpriu como convém, o seu papel, deixando no silêncio, sem qualquer nota, um tema que lhe é muito caro, (As Origens do MPLA). Julgamos que por via disso, e na sequência dos diálogos que manteve com tão eminente figura do MPLA, Hugo Azancot de Menezes, encontrou até motivação bastante para a produção de um livro, “MPLA, Um nascimento polémico – As falsificações da História”, saído a público em 1997. Dizia a propósito: “(...) tive o privilégio de, em demorados diálogos, ouvir relatos circunstanciados da sua vivência política, nomeadamente o que se passou

em 1960 com a instalação do MPLA em Conakry, depois de Tunes (...)”

A nossa perplexidade aumenta pois Azancot de Menezes revela factos, que Carlos Pacheco não nos transmitiu na sua obra, silenciou, ou melhor, ao que parece, também ele entrou na vaga das dúvidas e suspeições, e apesar de estar tão bem informado, preferiu levar-nos a todos para um alçapão, em que dominava apenas a sua visão dos factos, porque esses, em seu entender, estavam devidamente fundamentados. Vindo de voz de tão autorizada figura do MPLA, julgou não ser necessário, qualquer confronto com outras vozes da mesma época. Para além destas entrevistas soberanas, juntava-se a esse material, o filão de documentos consultados nos arquivos da PIDE, e que advieram dos testemunhos prestados pelos nacionalistas, patriotas valentes, que não olhando a perigos desafiaram o sistema colonial e toda a sua máquina repressiva em acções revolucionárias de consciencialização da sociedade angolana de então, visando a libertação da Pátria. Com este aparato de documentos, os mais credíveis possíveis na sua óptica, Pacheco constrói uma versão dos factos de forma tão fechada, tão conclusiva, que hoje não resiste às novas provas documentais, daí talvez, o seu silêncio ensurdecedor quando é preciso confrontar dados, e outras visões dos factos.

Pertlman, ajuda-nos a agir em conformidade com o melhor proceder na construção da História quando diz:

“(...) A tarefa do historiador é reconstituir pela sua narrativa, duma maneira inteligível e imparcial, o passado humano, a partir dum estudo, tão científico quanto possível, das fontes susceptíveis de nos esclarecer sobre esse passado.”, *Dizia-nos Ch. Pertlman em “Objectivité et intelligibilité dans la connaissance historique”.*

Reside aqui, em nosso modesto entender, a falha do pretensioso “historiador”, pois colocado do alto do seu pedestal, olha com algum desprezo e até desdém para a acção dos patriotas que

actuaram em nome de uma organização que, por razões de estratégia, não anuncia a sua sigla, naquele contexto muito concreto e particular da luta política em Angola, e que se percebe estar completamente dissimulada nas várias siglas como se observa facilmente na forma como desenvolveram as suas acções conjugadas para o mesmo objectivo e cumprindo a mesma missão.

Revisitando a obra de Carlos Pacheco publicada em 1997, este ao pretender revelar as ditas “falsidades” do MPLA, descreve com alguma minúcia a actividade dos Movimentos criados na década de 50. Para tal recorreu necessariamente aos testemunhos de Ilídio Machado, Homem de elevada estatura, comprometido com a causa da Independência de Angola, um dos cérebros da criação dos vários grupos, o coordenador do Sector Central, pois que, em nosso entender e na senda dos pressupostos do Manifesto do MPLA, assumira a tarefa nessa altura, da sua multiplicação e mobilidade, de tal modo que foram agitando os bairros de Luanda e de outros pontos de Angola com Panfletos que denunciavam o sistema colonial e ao mesmo tempo apelavam à necessidade da luta para a libertação do país, o que contribuiu para a consciencialização dos angolanos a quem chegou tais mensagens.

Seguindo as pistas das organizações clandestinas, que foram marcando a sua acção no decorrer deste processo em Angola, identificamos as seguintes: Grupo ELA, (1952) PCA, (1955) PLUAA, (1957) MIA, (1958), e em 1959 MLA, FPLA, MLN, MLNA, MINA.

Os textos produzidos a partir das informações recolhidas dos militantes dessas organizações dos autos de perguntas fornecidos à polícia política, nem sempre reproduzem integralmente o seu quotidiano, o seu modo de proceder, o ambiente, o espírito de conspiração, o temor, os perigos e a coragem demonstrada ao atravessar qualquer das estradas e becos da clandestinidade que estes percorreram para expandir as mensagens para a libertação da Pátria do jugo colonial.

Quando encontramos as explicações fornecidas pelos próprios patriotas que dão a conhecer o seu modo de proceder, verificamos que eles reproduzem fielmente a directiva inscrita no Manifesto do MPLA. Podemos dizer, a sua acção está em perfeita consonância com os ditames expressos no Manifesto do MPLA. Senão vejamos:

**“(…) Porém o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento porém não se fará através da filiação de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. O Movimento será a soma das actividades de milhares e milhares de organizações (de três, mais de três, de dezenas ou centenas de membros cada uma) que se criarem em toda Angola. Enquanto a organização do povo se faz dessa maneira, a unificação das organizações faz-se através do esforço que cada uma das organizações dispender para realizar os princípios e os objectivos expressos neste Manifesto. A unificação das organizações faz-se portanto, através de um certo número de ideias, de princípios e de objectivos comuns a todas as organizações, comuns a todos os indivíduos angolanos organizados.”**

Não há como fugir a esta realidade. Para além do Grupo Ela que se anunciou em carta às Nações Unidas em 1952, com o envio daquela organização do documento intitulado “Mensagem dos Aborígenes de Angola”, reclamando nele a saída de Portugal de Angola, a multiplicação de mais grupos ocorre justamente após a elaboração do Manifesto do MPLA de 1956.





## A acção das organizações clandestinas versus Manifesto do MPLA

Revisitando o manuscrito original que foi levado por Viriato da Cruz para o exterior, e cujo itinerário foi: Lisboa, Paris e depois Conakry, quando este se evadiu de Angola, vemos que o mesmo terá chegado em forma de rascunho, um manuscrito, que foi escrito a lápis, dizem-nos hoje as fontes, que não tinha qualquer anotação, portanto, sem título, e sem a data. Que tais elementos terão sido colocados, não por Viriato da Cruz, mas por Mário Pinto de Andrade, e cuja letra se identifica facilmente, distinguindo-se da de Viriato da Cruz. "(...) Il passe a Lisbonne très rapidement e il vien à Paris, avec deux document sous le bras, c'est ce qu'il nous a dit: les status du Parti Communiste anglais, et le manifeste du MPLA (...)" Embora o documento se revelasse a primeira vista tão simples, asseguramos hoje, que o seu conteúdo nunca foi ignorado pelos responsáveis dos Movimentos no interior do País, antes pelo contrário. Os patriotas que permaneceram em terra angolana executam ao pormenor os ditames do Manifesto. Ao analisarmos os testemunhos dos patriotas que integraram as várias organizações que emergiram depois de 1956, vê-se claramente, o quanto a sua acção se justifica no texto do Manifesto do MPLA.

É vasta a lista dos nacionalistas que dão nota das tarefas executadas no âmbito do processo que previa a evolução do Movimento de Libertação, inspirados nos ideários do Manifesto do MPLA, pois em cada descrição facilmente se detecta a tática por eles empregue, da dispersão dos grupos, anunciando depois o clamor para a necessidade da sua concentração numa única organização. Desde o Grupo Ela que se inicia nas lides da frente política em 1952, passando pelo PCA de 1955, MIA (1958), MLA (1959), (FPLA), MLN, MLNA, (1959). Efectivamente em cada declaração não é referido o Movimento Popular de Libertação de Angola, mas é o "Movimento" que todos reportam ou os Movimentos em franca circulação por Luanda e demais províncias de Angola, onde se expandiu a sua mensagem.

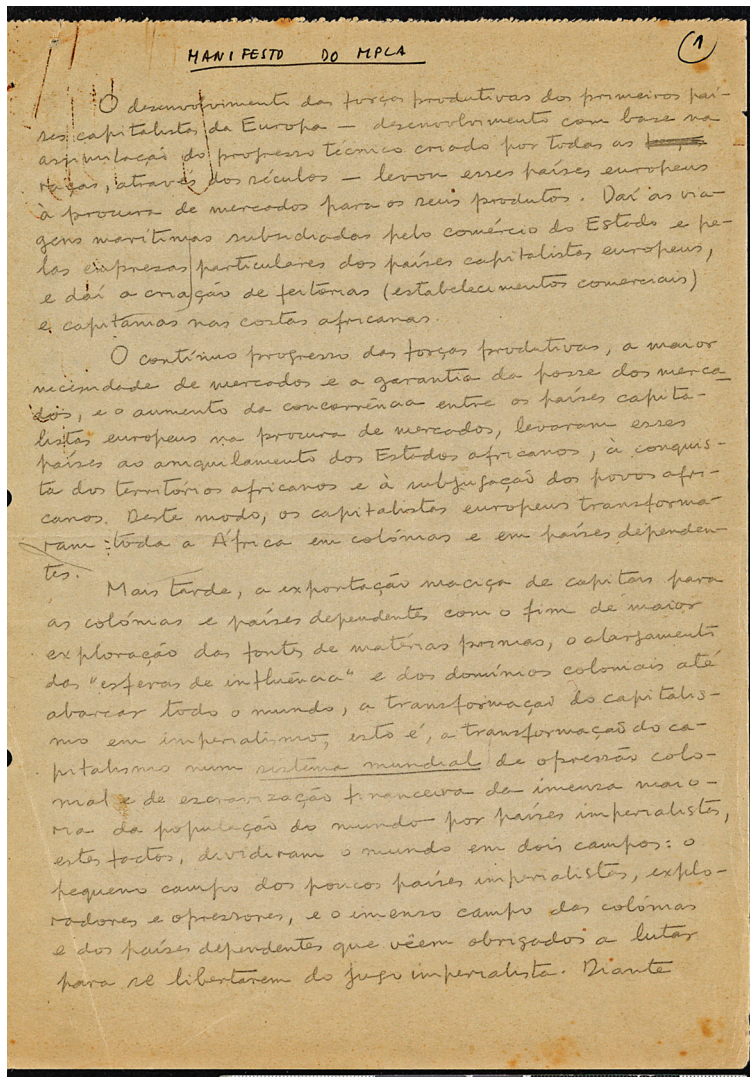
Para mais esclarecer este enredo, elegemos dois documentos que foram expedidos para o exterior de Angola de duas organizações distintas quanto a sigla, pois as tarefas que cumpriam percebe-se, são decalcadas do Manifesto do MPLA.

Do MIA (Movimento para a Independência de Angola, criado em 1958, encontramos justamente integrado no processo de Ilídio Machado, a correspondência enviada à jornalista brasileira Raquel Queiroz." Anunciava assim o MIA para o exterior. a sua existência: "(...) Entre os vários movimentos formados em Angola com o propósito de lutar pela independência, e são vários por virtude da tática aconselhada em regime de ditadura, como aquele que nos domina, encontramos nós, que vimos remeter-lhe os documentos juntos, que estamos certos merecerão a sua atenção..."

Mais esclarecedor ainda, e no mesmo sentido, é um trecho inscrito no Relatório do Grupo ELA dirigido à Conferência realizada em Acra em 1959, que a dado passo dizia:

"(...) Não devem estranhar a afluência da correspondência procedente de outros grupos. O sistema de se trabalhar por grupos isolados, é simplesmente uma medida de prevenção contra espionagem para evitar aglomerações que facilitarão o inimigo a descobrir os nossos movimentos. Reconhecemos de facto quanto é prejudicial a dispersão, mas já está em estudo um processo de centralizarmos o movimento, constituindo um grupo único. (...)"

Esta informação enviada para o exterior, mostra bem como os responsáveis



dos grupos que trabalhavam dispersos, interpretaram fielmente os ditames do Manifesto do MPLA, que na acção revolucionária, reportam sem hesitação a fase da dispersão das organizações, propondo actividades de três, mais de três, de centenas de membros, cada uma, e posteriormente a necessidade da unificação de todas as organizações, ou melhor dito a concentração de todas as organizações num só Movimento.

Assim, mesmo foi tratada esta temática por Ilídio Machado, antes da sua partida para Lisboa em Abril de 1959. Nos documentos consultados que revelam a acção do Sector Central de que foi seu responsável máximo, órgão que congregou os responsáveis de cada grupo, evoluindo para um trabalho mais unificado, faz o MPLA do interior antes dissimulado nas várias siglas dos Movimentos criados, uma força viva e activa.

O MPLA em 1956, não se apresenta como uma organização política convencional. A estratégia de luta concebida entre 1955 a 1956, inscrita no seu Manifesto, é que torna as organizações já existentes, e as que se criam depois de 1956, nomeadamente, (MLA, MIA, MLN, MLNA, MINA), no que, na visão dos seus promotores seria um Amplo Movimento Popular de Libertação de Angola.

Como se aplicou esta premissa do MPLA? Numa acção conjugada entre os elementos mais destacados na época, Ilídio Machado, Viriato da Cruz, André Franco de Sousa, Higinio Aires, Noé Saúde, Deolinda Rodrigues, Amílcar Cabral, Joaquim de Figueiredo, entre outros, pela sua visão política, vemos que foi possível estabelecer contactos entre os grupos e mais, torná-los intérpretes de um processo que vingou até onde a capa organizativa da clandestinidade o permitiu.

**Ignorar também este dado é falsear a História!**

Negar qualquer relação no modo de proceder destes grupos clandestinos, e neste caso particular do Grupo Ela,

tão claramente aqui exposto no seu Relatório à Conferência de Acra, ou de outros grupos que circulavam por Luanda ou em qualquer outro ponto de Angola, às propostas de trabalho inscritas no Manifesto, é negar a ciência histórica, que nos ensina a leitura atenta de todas as fontes disponíveis e a proceder ao confronto das mesmas, impondo na elaboração do texto o distanciamento necessário para uma interpretação cabal e justa dos dados em presença.

Confrontar este trecho do Relatório do Grupo Ela com as descrições dos protagonistas que se reportam à dispersão dos grupos clandestinos e depois à sua unificação, tal como eles próprios se propõem, e que vimos no Manifesto do MPLA, é no mínimo não querer ver a realidade dos factos, pois está suficientemente documentada.

A estrutura que se vai seguir em 1960, não antes do surgimento de mais uma organização, o MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola), que surge depois da vaga de prisões de Março de 1959, mais de acordo com os parâmetros convencionais, não pode suplantar em importância, a fórmula inicial dos grupos dispersos, que depois de espalhada a chama por Angola inteira, se elevam as labaredas do fogo mais mortífero contra o inimigo colonial, a braços com o seu discurso fraco, já nada convincente prolapado nas Nações Unidas, da existência de um ambiente pacífico em Angola, e que os nossos Movimentos de então, contrariaram nesse período. Como evitar essa corrente que se foi afirmando bastante activa, e a cada passo, mais persistente e voraz.

É vasta a lista dos protagonistas que actuavam com as suas tarefas bem precisas e executadas no âmbito do processo em curso naquele contexto de vigilância apertada e que previa o crescendo do Movimento de Libertação Nacional, matéria que abordaremos em outras ocasiões.

Assim, se explica a dinâmica imprimida por Ilídio Machado após a saída

de Viriato da Cruz para o exterior. Era imprescindível naquela fase, trabalhar para a unificação dos grupos, muitos dos quais foram criados pelo próprio Ilídio Machado, no afã de os multiplicar, tal como previa o Manifesto do MPLA.

Entendem alguns que era absolutamente impraticável tal estratégia. Nos limites das condições existentes, os grupos que se vão multiplicando, foram bastantes, para provocar as ondas de choque que obrigaram as autoridades policiais a apertarem o cerco aos nacionalistas, porém sem que tal inibisse os patriotas de prosseguirem a sua acção.

Não se tratou de um mero acaso a coincidência deste dado. Em 1959, justamente no mês de Março em que ocorre a primeira vaga de prisões, e sendo que estes grupos não tiveram em sua posse o conteúdo do Manifesto, ainda assim, souberam interpretá-lo convenientemente. O movimento de fluxo que criou, a sua dispersão com a constituição de novos grupos que operavam em sintonia com os grupos já existentes, foi um facto. Sendo que a multiplicação dos grupos, também conhecidos por "Movimentos", veja-se (MLA, Movimento para a Libertação de Angola, MIA (Movimento para a Independência de Angola), MLN Movimento para a libertação Nacional de Angola, MINA Movimento para a Independência Nacional de Angola), eram siglas que representavam, a miríade de organizações que o Manifesto do MPLA propunha.

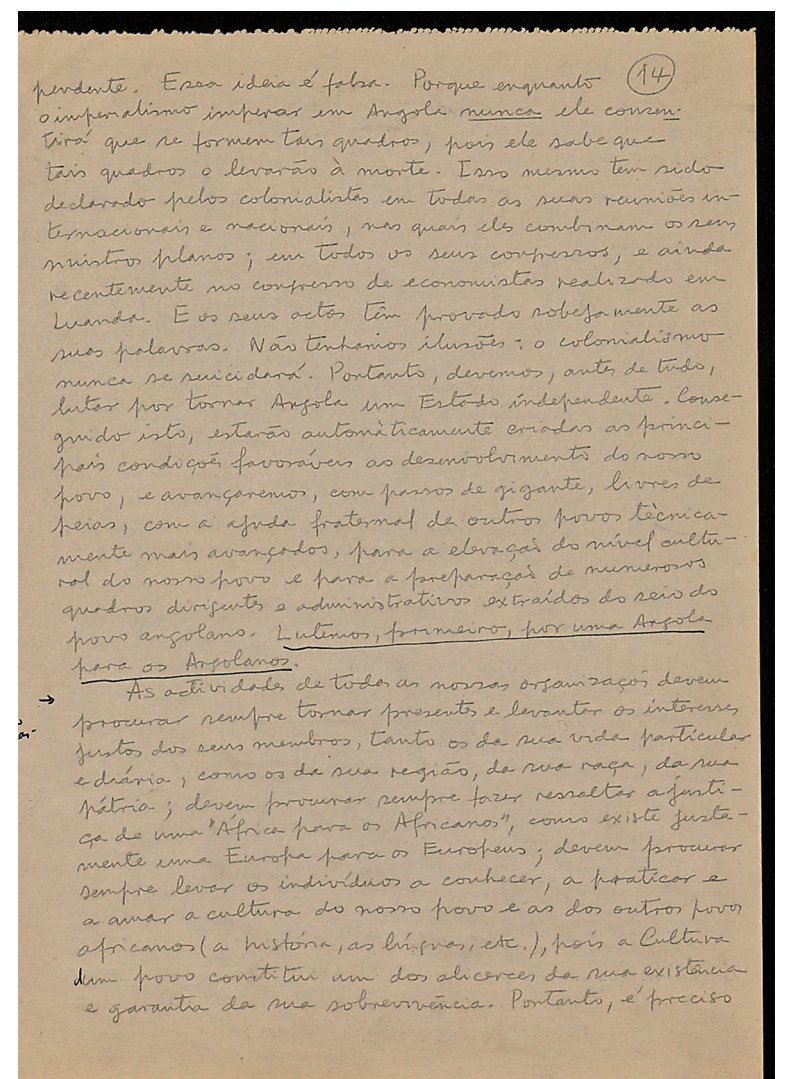
Dizer que Viriato da Cruz não tivera tempo para materializar as linhas que ditavam o seu Manifesto é o mesmo que dizer que Viriato era o único patriota disponível para tratar da problemática da Libertação em Angola.

Não se pode, de forma alguma, ignorar o papel fundamental desempenhado por Viriato da Cruz em todo este processo, desde a concepção ideológica dos fundamentos do projecto político, em que se afirma como militante convicto da ideologia marxista, influenciando naturalmente

todo o suporte teórico na documentação produzida no âmbito deste processo e a respectiva linha de acção. Porém, é preciso reter que tendo Viriato da Cruz se ausentado do país por razões estritamente de segurança, levando consigo a salvo o documento matricial do MPLA, ainda assim, efectivou-se, a materialização do plano inscrito no Manifesto, que já estava em curso com a criação dos grupos novos. Este acto acontece enquanto obra dos patriotas angolanos que permanecem em solo pátrio, interpretando cabalmente as suas linhas mestras, ou seja, executando o plano previsto. Os grupos operaram de facto e com alguma eficácia, razão por que a PIDE se instalou e actuou da forma mais brutal e agressiva contra esses movimentos.

A acção dos grupos clandestinos que fizemos referência acima, entrou aparentemente em colapso com a vaga de prisões em Março de 1959. É vasta a lista dos protagonistas envolvidos neste processo, e que são levados a prisão e condenados a penas pesadas pelas autoridades policiais e judiciais da colónia. Estes, integrados nos vários grupos dos Movimentos de Libertação criados, rompem o silêncio da potência colonial, que nos vários areópagos pelo mundo, proclamavam um ambiente de paz e concórdia em Angola. Apesar de alguma desarticulação dos Movimentos em curso em Angola, com este golpe sofrido pelos colonialistas, a força do seu plano teve algum efeito, razão porque os efectivos da polícia política espalhados por Angola inteira tentaram inviabilizar o processo da luta libertadora em curso.

Foi por essa razão que o MPLA denunciou naquela ocasião precisa a violência policial do processo designado de "Processo dos 50". Num exercício de comunicação entre os grupos do interior e o do exterior, a imprensa internacional dava nota dos acontecimentos das prisões em Angola ocorridas a partir de Março de 1959.





## 👁️ A Negação da existência do Manifesto

**Porque** consideramos de muita valia as informações que nos traz Azancot de Menezes na sua recente obra, embora discordemos com os seus ponto de vista, sobre o desenrolar dos acontecimentos, reproduzimos aqui um trecho que nos elucida sobre a actuação de Viriato da Cruz enquanto, ideólogo do MPLA desde o início do seu processo de formação e que passaremos a comentar.

*“(...) No decurso da nossa estada de dois anos em Conacri (1959-1961) e do convívio diário e permanente, já não restavam dúvidas entre nós, membros do Comité Director do MPLA, de que do interior, ao retirar-se de Angola [1957], Viriato da Cruz pouco mais trouxera que o projecto de proclamação de um Manifesto, mais ou menos alinhavado, um borrão, no qual propunha a criação em Angola de uma ampla frente, ficaria a manobrar o pseudo Partido Comunista de Angola (PCA) ou Viriato da Cruz, para melhor dizer. Era a fase histórica da tática das “Frentes” e dos “Manifestos”, tão usuais naqueles tempos difíceis com os partidos Comunistas, na sombra, a exercerem uma espécie de domínio régio sobre todos os lances políticos dos seus satélites.*

**Todos nós sabíamos que Viriato não tivera a possibilidade de materializar o seu projecto em Angola ao abandonar precipitadamente a colónia.**

**Mas sendo ele o criador, o portador, o projecto decalcado do seu PCA, acabou por se materializar em Tunes e em Conacri por recurso a outros centros de gravidade, a outras vias por certo bem menos ortodoxas.** *Por vezes ironizávamos, eu, Mário, Amílcar, Lara, Ruth e outros companheiros (nunca na presença de Viriato) sobre a ficção por ele criada, e por nós alimentada, do “MPLA do interior” de 1956 e da sua fundação a 10 de Dezembro de 1956”. Não obstante todos nós, de forma “militante” e conveniente, passámos a impor-nos (e a iludir-nos), como factos históricos “verdadeiros” estas meias sombras moveidias na noite escura da clandestinidade. Se na presença de Viriato nada se comentava, a razão era só uma: as reacções dele, por vezes eram intempestivas,.... “(...) por conseguinte, a verdade verdadeira, com as suas reais dimensões e implicações, pouco de nós a conheciam. Ainda assim tudo fazíamos para lhe insuflar mais crédito, mais corpo e cor. Com o maior empenho patriótico alimentávamos essa árvore que crescia frondosa e exuberante de folhagem. Convinha-nos, era necessário....)*

**“(...) Exaltava-se o MPLA autêntico, do interior, primordial com berço em 1956. Não o MPLA de Conacri, do exterior, mas o MPLA da primeira hora.** *Em abono desse “MPLA primigénio” fabricaram-se alguns “factos”. Por exemplo, uma reunião havida no Lobito entre André Franco de Sousa, Amílcar Cabral e Alcântara Monteiro, os três com ligações com Viriato (este, na altura, empresário da Singer naquela cidade). Do encontro,*



*“Reconheçamos que Viriato da Cruz e os seus companheiros de luta, empregaram todo o seu génio criador e conceberam uma teoria imbatível, que iria alimentar a acção dos homens que se disponibilizaram para agir em defesa da Pátria e dos seus filhos. Actividade efémera, de curta duração na verdade, (1956-1959), mas neste período foi capaz de mobilizar, consciencializar e daí em diante o Movimento de Libertação, apesar dos escolhos, desconfianças, suspeições e da guerra propriamente dita, nunca mais parou, e a Pátria se libertou do jugo colonial”*

*segundo o relato de Franco de Sousa, teria surgido o embrião do MPLA. Não tenho dúvida sobre o carácter patriótico da reunião, porém ela esteve longe de corresponder a esta fantástica versão. Amílcar Cabral jamais se reclamou fundador do Movimento. (...)*

Ao comentarmos este longo trecho da obra de Azancot de Menezes, voltamos a nossa atenção primeiramente para Carlos Pacheco que silencia, por um lado, a existência do Manifesto do MPLA, aqui tão claramente demonstrado, pois seria digno, uma nota para corrigir o seu discurso no livro em que avançou hipotéticas falsificações. O documento original escapou à malha da polícia, não constava nos arquivos da PIDE, por um lado, por outro na obra de Lúcio Lara, “Um Ampla Movimento”, editado em 1997, foi publicada uma versão dactilografada do Manifesto do MPLA, e Pacheco não lhe faz referência alguma. Uma leitura atenta ao seu conteúdo, talvez chegasse a outras interrogações, ou até mesmo, a outras conclusões.

Evitaria seguramente este articulado que revela um menosprezo ao labor dos nacionalistas. Não bastam as dedicatórias, é preciso ajuizar melhor o seu desempenho: *“(...) É redondamente falsa a versão de Franco de Sousa bem como qualquer outra que se lhe assemelhe. A existência do MIA está bem comprovada, entre outras coisas, por folhas volantes que chegaram às mãos de muita gente, incluindo a própria polícia, depositada a horas mortas debaixo da porta dos habitantes dos musseques. Tal como é falsa a “história” do famigerado “Manifesto” do MPLA, que teria consagrado o nascimento deste Movimento em 1956 e se enviou às Embaixadas no exterior. Onde se encontra afinal, esse papel que nunca ninguém viu? Eu pessoalmente, já pesquisei de ponta a ponta os núcleos documentais do arquivo da PIDE atinentes ao MPLA e nunca esse papel tal se nos revelou. Por isso posso afirmar com toda a segurança que relativamente a esse “Manifesto”, as versões de Franco de Sousa, António Jacinto e Lúcio Lara não têm a mínima credibilidade factual. Não seria difícil para a PIDE apanhar aquele documento, tanto mais que os próprios*

de uma Frente Patriótica e de um Ampla Movimento Popular para a Libertação de Angola. Considerando-o apenas como um borrão no qual se inscreveu um projecto de proclamação de um Manifesto, o autor não acredita que Viriato tenha conseguido a sua materialização.

Dizer que o plano inscrito no Manifesto não iniciou a sua implementação, não foi materializado, em nosso modesto entender, é falsear a História, bem como também o é, ignorar o sacrifício daqueles que deram o melhor das suas vidas para a libertação de Angola.

Como demonstramos acima, uma coisa é não conhecer a realidade dos factos, que felizmente lhes foi reportada por Viriato da Cruz, outra coisa, é não acreditarem nele. Aqui podemos apontar que a chegada de Viriato a Conacri, apesar de todo o seu entusiasmo e engajamento, para dar seguimento ao processo político por ele iniciado com os seus companheiros em Angola, encontra um ambiente em que paira alguma má-fé, e de suspeição injustificada. Para este grupo que nas costas de Viriato manifestava as suas dúvidas, e estamos a reproduzir fielmente as palavras do autor, todo o esforço consentido na concepção daquele plano de luta, e com provas dadas do início da sua materialização, como se pode ver na documentação produzida nos autos de perguntas dos membros das várias organizações acima citadas, tal proposta, nada representou. Provavelmente, as virtudes do plano inscrito no Manifesto do MPLA terão causado mesmo algum incómodo e até perturbação ao grupo de Conacri, ao que se acresce a distinção referida entre o que representava a força “MPLA do interior” em contraposição ao MPLA do “exterior”. Reconhecendo, estes a importância do teor da análise e estudo da situação concreta em Angola e da consequente elaboração do plano de luta, que por sinal já tinha dado alguns resultados, matérias que seguramente Viriato da Cruz tratava com bastante eloquência pelo domínio que demonstrava nas abordagens dos debates realizados, e a afirmação com veemência as suas ideias, tais posturas provocaram no grupo, algumas fracturas e marcas profundas até à actualidade.

Logo, a teoria da inexistência do MPLA antes de 1960, no interior de Angola, parte justamente de Conacri, ou melhor dito, pelo menos de Azancot de Menezes que na sua “verdade”, reporta a informação prestada por Viriato sobre o desenvolvimento da luta de libertação, ao que não lhe dá qualquer crédito.

Os primeiros resultados da acção dos patriotas inscritos nas várias organizações que configuram o Movimento Popular de Libertação de Angola, confirmam-se com as prisões de Março de 1959. Estes actos revelaram que os angolanos tinham sido mobilizados para a luta. Essa mobilização não se afasta dos planos do MPLA, enquanto força política cujo processo de formação se deu em 1956, estando a mesma encoberta nas siglas das organizações que previam a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola. Contrariamente ao que esperaria Viriato,

o seu discurso não foi bem acolhido pelos camaradas do exterior. O teórico e redactor do Manifesto do MPLA, estava em melhores condições para dar nota do trabalho empreendido em Angola, porque conhecia a sua essência, os seus meandros, o nível do seu desenvolvimento, acreditava na sua eficácia, razão principal de todo o seu empenhamento, da sua entrega, de todo o seu protagonismo.

Curiosamente, Carlos Pacheco, nas vestes de organizador do livro, acrescenta informação prestada por Viriato da Cruz sobre as actividades dos patriotas angolanos no interior de Angola, numa entrevista que o mesmo concedeu ao Centro de Informação do Próximo Oriente e de África tendo sido esta mesma entrevista transcrita pela PIDE na sua informação nº 42/61-G.U. Aqui o historiador repete a posição de Azancot de Menezes.

Carlos Pacheco reproduz o seguinte trecho da entrevista de Viriato da Cruz: *“(...) O MPLA tinha células entre os cinco milhões de africanos de Angola e que fora criado em 1956, em especial entre os sindicalistas, funcionários e estudantes do país. Por outro lado, teria o apoio expresso ou tácito de uma grande parte do clero africano”.*

De seguida contrapõe, ao afirmar: *“Esta ficção, na verdade foi alimentada por Viriato da Cruz que lhe emprestou maior realce na entrevista dada à CIPO (Centro de Informação do Próximo Oriente e de África) que se publicou na edição nº 301 do boletim daquele organismo no mês de Dezembro de 1960 com o título “O vento da História não poupará as possessões Portuguesas da África” e acrescentou: Em suma, nada de mais contrário à realidade, uma perfeita efabulação de Viriato que tem o dom de perdurar até aos nossos dias. (...)*

Para justificar a sua tese, o mais fácil, foi desacreditar Viriato da Cruz. Trata-se de uma narrativa que já fez morada entre nós, e que urge corrigir com as provas de contraposição em nossa posse. Será que Viriato mentia ao afirmar que existiam células do MPLA desde 1956 no interior do país, e que integravam sindicalistas, funcionários e estudantes? Ao rever as listas dos patriotas angolanos que a Pide alistou, pelo seu desempenho nas células clandestinas, identificamos figuras das referidas classes profissionais e ainda as eminentes entidades do clero Africano de Angola, (Cónego Manuel das Neves, D. Franklin da Costa, Martinho Sambo, Alexandre do Nascimento, Rafael Vicente)? Tinha-se ou não o apoio dessas figuras, algumas das quais conheceram a dureza do cárcere e posteriormente até a morte.

Trata-se de uma narrativa que se vai fixando recorrendo à desclassificação pura e simples dos pronunciamentos dos próprios protagonistas. O que não lhe parece credível, não existe. Não há como Pacheco visualizar efabulação nos pronunciamentos de Viriato da Cruz, a quem já dirigiu largos elogios pelo seu engajamento na luta de libertação nacional. Carlos Pacheco segue os passos do autor da obra em referência, considerando Viriato da Cruz e toda a sua história de criação do MPLA no





interior de Angola, e em 1956, longe de Conacri, embora reportada pelo próprio, como mera ficção.

Sobre o papel de Amílcar Cabral no processo de formação do MPLA, também aqui foi posta em causa por Azancot de Menezes. Podemos admitir que o autor da obra em questão, não tivesse qualquer informação ao respeito, não obstante ter privado com o mesmo em distintas reuniões no exterior. Amílcar Cabral, homem íntegro, de elevada estatura política, não se pavoneou entre os angolanos sobre a importante prestação que concedeu a Angola no processo de formação do MPLA. Contudo, Carlos Pacheco, não se coíbe e também aqui monta um novo silêncio. Impunha-se uma nota sobre este facto nesta obra, cujo tema foi estudado por Dalila Cabrita, que recupera uma alocução de Amílcar Cabral em 1969, numa Conferência de Quadros nas zonas libertadas da Guiné Bissau, quando este dizia: Nós mesmo PAIGC, ajudamos a formar o MPLA em Angola. Não é nenhuma vaidade, não, publicamente mesmo é sabido, os filhos de Angola sabem-no. Para servir os interesses do nosso povo, camaradas. *Nós mesmos corremos riscos em Angola, em reuniões clandestinas. No momento em que vários angolanos estavam já presos pela PIDE, foi preciso ir a Angola fazer reuniões. Arranjámos contrato como agrónomo e fomos para Angola e aproveitámos reunir camaradas, para discutir com eles o novo caminho que devíamos seguir na luta pelas nossas terras (...)*.

#### Personificado na sua pessoa, o PAIGC, surge aqui, para referir a ajuda prestada pelo militante à causa do MPLA

A presença de Amílcar Cabral em Angola, desde 1955, após a assinatura do seu contrato como engenheiro agrícola para trabalhar pelo Centro de Investigações Agronómicas, é sentida não só nos locais do seu escritório e profissão, como também nas lides políticas angolanas. Participou activamente nos conclaves da clandestinidade em Luanda e em outros pontos de Angola, nomeadamente na Fazenda Tentativa no Dande, na Catumbela, na empresa agrícola do Cassequel e, por último, na Fazenda Cada, no Cuanza-Sul. Qualquer uma destas experiências profissionais do agrónomo foram sempre acompanhadas de actividade política, em que emprestou o seu saber de líder político carismático com a sua coragem sempre posta a prova. Com muita perseverança e determinação, colocou sempre acima dos seus interesses pessoais, a "Pátria comum", que se pretendia livre e soberana. Num gesto de elevada nobreza e de solidariedade activa, revelou-se um homem sábio, humilde e muito prestável. Reconhecemos pois, o papel do agrónomo guineense na comunicação entre as organizações patrióticas que actuavam em Luanda.

Amílcar Cabral fala da sua participação na formação do MPLA, e, em Angola, onde reunia clandestinamente com os seus companheiros angolanos. Disfarçado na capa do engenheiro, onde se guardava o político que corria de lá para cá, prestou de facto uma contribuição notável naquela fase precisa da luta dos angolanos.

Em 1959, no Segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros que teve lugar em Roma, Franz Fanon propôs aos angolanos a preparação militar de jovens a realizar-se na Argélia. Esta proposta não se concretizou e ficou a imagem de que os angolanos não estavam organizados para aquela fase de luta. Contudo, houve a tentativa para mobilizar no interior esses jovens que deveriam contribuir para a fase avançada da luta. Neste sentido, a tarefa para a mobilização, foi atribuída justamente a Amílcar Cabral, que viajou para Luanda logo a seguir a este evento. Nessa ocasião, já a vaga de prisões tinha tido

lugar e os elementos de contacto de Amílcar Cabral não estavam nos mesmos pontos. Daí a sua referência aos riscos que correu nessa derradeira viagem a Angola.

Não temos como duvidar desta participação valiosa de Cabral na formação do MPLA, concretamente no interior de Angola.

A documentação hoje disponível não permite mais que se persista na retórica de que o Manifesto nunca existiu, teria sido uma maquinação de Viriato, pior, a PIDE teria dado conta e por tal recolhido o documento a juntar a todos quanto estiveram nas suas malhas. Não se concede nesta perspectiva nenhum mérito dos nacionalistas que constituíram, de igual modo, a sua documentação a que correu nas lides da clandestinidade. Não foram só os panfletos que se distribuíram de porta em porta, houve documentos que estiveram apenas na posse dos principais líderes e hoje podem ser vistos a partir dos acervos pessoais de muitas dessas figuras.

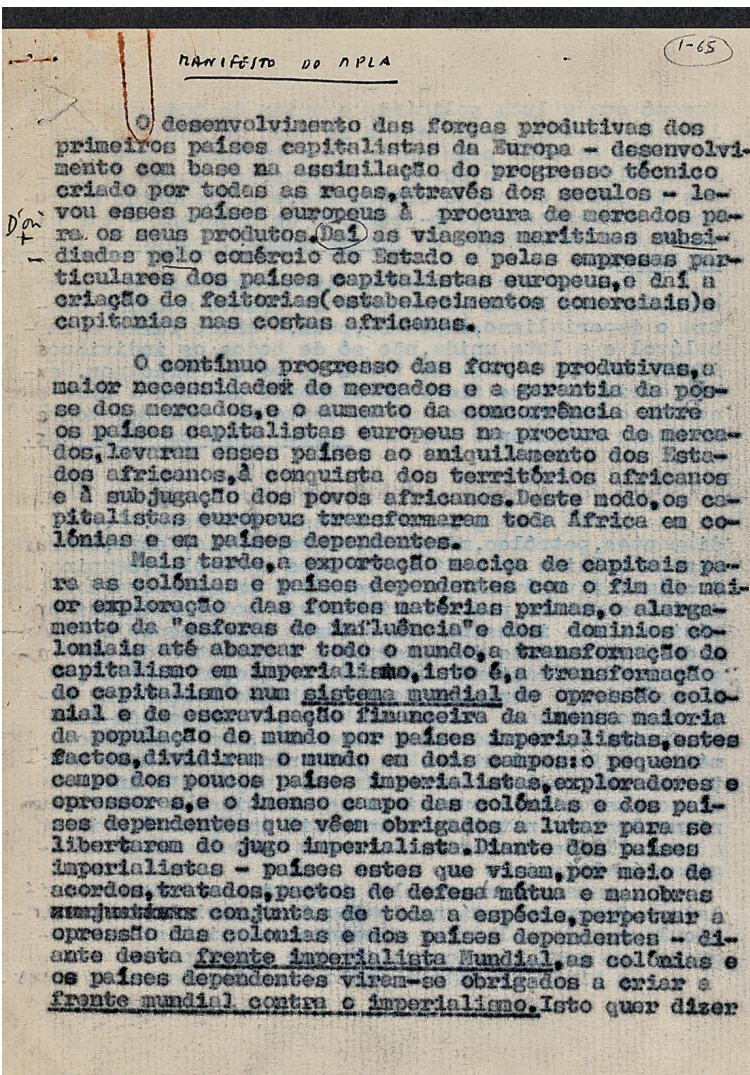
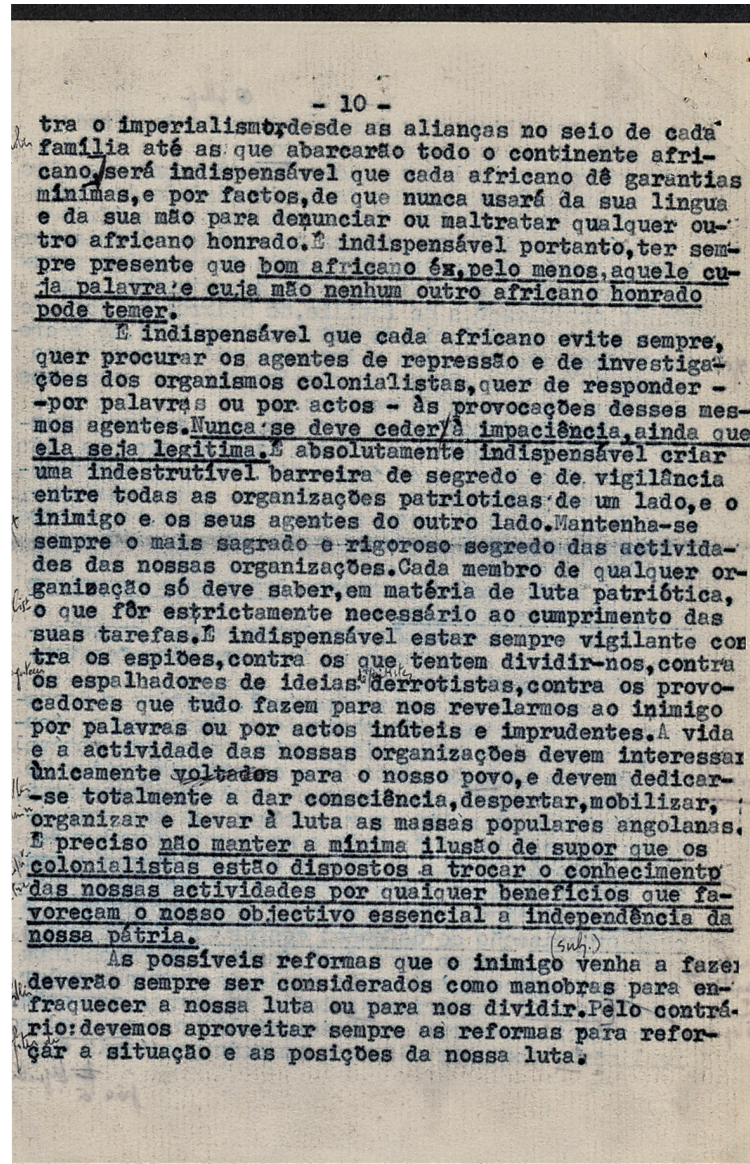
O documento mais referido, hoje, é efectivamente o Manifesto do MPLA, manuscrito por Viriato da Cruz, ele é o principal artífice deste importante estudo da situação colonial e da resposta alternativa para o seu derrube, em que se percebe facilmente a sua visão marxista que lhe influencia na abordagem dos problemas que levanta ao longo do texto. Acreditamos também que o teor do Manifesto resultou da contribuição de alguns dos seus companheiros, mesmo dos que não perfilhavam as ideias marxistas, de que Viriato e o seu núcleo mais restrito usaram para a elaboração do seu conteúdo e de toda a documentação orientadora para aquela fase precisa da luta.

O Manifesto na sua versão manuscrita esteve guardado durante décadas, entre os papéis de Mário de Andrade, o autor que lhe mudou a feição. O manuscrito sem título, e sem data, recebe a última contribuição, porque apesar de nele estar sobretudo gizado o plano para a acção no terreno, bem no centro do furacão, a partir de Luanda se irradiou a sua mensagem para a adesão dos angolanos à luta de libertação nacional. Ele serviu de base para outros textos que se fizeram para a fase que se seguiu a partir de 1960, quer em Tunes, como em Conacri.

Até a divulgação pela Fundação Mário Soares do original encontrado no espólio de Mário de Andrade, sabemos de uma versão transcrita, julgamos que a partir da sua versão dactilografada e que veio à luz, no livro de Lúcio Lara "O Amplo Movimento". Foi efectivamente guardado em segredo, de tal modo, que ainda hoje, talvez por essa razão, algumas figuras, por sinal, bastante iluminadas, não atribuem qualquer crédito ao seu conteúdo e na coincidência das suas principais linhas de força, com as acções protagonizadas por Viriato da Cruz, o ideólogo, o pensador e conspirador nato, e de Ilídio Machado, o homem activo na criação e dispersão dos Movimentos, bem como dos esforços para a sua concentração e unificação.

Até a saída de Luanda de Viriato da Cruz em 1957, este pode sentir e vivenciar o início do processo de formação dos vários grupos que iriam justificar a miríade de organizações que anunciara no Manifesto do MPLA, tarefa que foi implementada com sabedoria e justiça por Ilídio Machado que liderou todo este processo até à sua saída já em 1959.

Curiosamente, hoje, este documento tão esquecido e ignorado, reaparece, e é reclamado justamente por Adolfo Maria. Militante das células clandestinas integrado no MLNA. Em entrevista concedida ao "Novo Jornal", o nacionalista Adolfo Maria retoma a tese da inexistência do MPLA antes de 1960. Apresenta as suas razões que, em nosso entender, denotam



um total desconhecimento do que se constituiu hoje de informação sobre as actividades descritas nos autos de perguntas das instâncias policiais aos nacionalistas envolvidos nos referidos processos. Com as devidas reservas pela forma como terão sido obtidas tais informações, porém o confronto com outras fontes da época, verificamos que estas correspondem à verdade dos factos, que o mesmo não conhece as informações produzidas nos autos de pergunta aos protagonistas que foram levados à prisão, depois da

vaga de Março de 1959. Uma leitura atenta a este manancial de informações prestadas por todos os integrantes do Grupo ELA, (Exército de Libertação de Angola), por exemplo, percebe-se facilmente com os mesmos se reconhecem nos pressupostos avançados no Manifesto do MPLA.

Diz-nos ainda, Adolfo Maria que as razões da prisão destes nacionalistas nada têm a ver com o MPLA, cuja sigla nunca foi referida. Efectivamente não se vê a sigla, à partida, mas percebe-se facilmente que a teorização inscrita

no Manifesto do MPLA se cumpre no rol de actividades executadas por todos os grupos que integraram o "Movimento". Impõe-se pois, um trabalho de pesquisa, se quisermos, mais aturado e pormenorizado para que se percebam melhor as razões do encobrimento da sigla MPLA, naquela ocasião precisa.

Adolfo Maria em defesa da sua tese, avança mais argumentos ao questionar deste modo: Por que razão é que o título e a data foram colocados a posterior. Aqui revela-se a sua primeira grande contradição, já que afirma que o MPLA não surgiu em 1956, que Ilídio Machado não terá sido o seu Presidente, porque o MPLA não existia, aliás, esta organização nem foi concebida em Angola, mas sim em Conacri.

As inscrições a tinta, da autoria de Mário de Andrade de acordo com a sua versão, foram colocadas em Conacri, sobre um documento original que já existia, veio elaborado do interior, que por sua vez foi levado para Conacri, por Viriato da Cruz, como vimos nas revelações de Azancot de Menezes. O nacionalista Adolfo Maria, dá assim informação difícil de comprovar. No desenrolar da sua argumentação informa-nos ainda da existência de dois originais do referido Manifesto, retomando, deste modo, a ideia da Associação Tchivweka que publicou em 2009 a primeira e última páginas do Manifesto do MPLA. As semelhanças das duas versões manuscritas, é tal, que só a técnica do papel químico poderia ter funcionado para se chegar a tal resultado. Porém, Adolfo Maria não reparou que essa versão, muito ao contrário da primeira localizada na Fundação Mário Soares, não tem título e também não tem data, mas revela as mesmas marcas da ferrugem e no mesmo lugar, o que muito dificilmente o papel químico poderia fazer passar.

Porém, numa análise que nem precisa de ser rigorosa, sem recurso à lupa, se detectam as falhas, uma vez que as marcas indeléveis que o seu original possui, e a partir do qual podemos fazer muitas cópias não se conseguem alterar. Assim, cada uma das versões carrega consigo eternamente a marca do clips, e não só, que as 17 folhas manuscritas e as 14 folhas dactilografadas do original possuem.

Perante todos estes factos, impõe-se pois que os historiadores, e não só, se disponibilizem para um debate franco e aberto sobre estas problemáticas. Sendo que nos dias de hoje, se valorizam mais alguns dos protagonistas e se desclassificam outros. Pensamos que por esta via, se poderão findar as suspeições que se alimentam há mais de seis décadas, apenas para cobrir interesses inconfessados, e sobretudo legitimidades não obtidas, e no final, protagonismo.

Têm o mesmo valor e importância as acções que levaram à prisão as centenas de angolanos, verdadeiramente empenhados na causa da libertação de Angola, e que abriram as primeiras avenidas da nossa liberdade, à custa de sacrifícios sem conta, quanto os que, seguindo-lhes os trilhos fizeram evoluir este processo para as demais etapas da luta, até à nossa libertação do jugo colonial.

Decididamente este processo não iniciou apenas em 1960, e os que se bateram para ousar desafiar o sistema com tácticas ajustadas ao momento e ao contexto vivido, como se refere no Manifesto do MPLA, não deverão ser desclassificados por quem não está em posse de informação apropriada ou melhor não a sabe utilizar nos marcos da ciência que a História recomenda. Juntemos todas as fontes disponíveis para este período e analisemo-as criteriosamente, na base da crítica histórica na verdadeira acepção da palavra, e veremos que chegaremos seguramente a outras conclusões.